

BRUNO, L. (org). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**.
São Paulo: Atlas, 1996.

Resenha feita por Marisa Ribeiro Teixeira
Duarte

A reflexão contemporânea sobre a democracia aponta algumas das armadilhas políticas presentes nos debates sobre a relação entre Estado e Mercado e critica algumas concepções por serem incapazes de dar conta da democracia como um poder apto a afetar a hegemonia do capital. Tanto posições ideologicamente críticas do Estado capitalista, quanto aquelas ligadas às concepções neoliberais apontam para a crise do Estado moderno. Resultante do crescimento e exorbitância da intervenção estatal e/ou da incapacidade de regulação do atores econômicos fundamentais, a noção de crise para estas posições importa na inexorabilidade dos efeitos políticos sociais da reestruturação econômica.

LEFORT¹²⁴, ao analisar o imaginário constitutivo da idéia de crise, considera que este discurso, embora se apoie sobre fatos incontestáveis, é signo de uma postura que concebe o progresso da técnica livre de amarras e os fundamentos da ordem social ao abrigo da crítica. A noção de crise esteve associada à idéia de estagnação, em que o tempo - substância das relações sociais - é apreendido como época improdutiva, período de estagnação, decadente. Enfatizar a dimensão política supõe conviver com a dimensão da incerteza, com a historicidade das formas institucionais que produzem/produziram crimes "que somente os formidáveis meios que a técnica havia acumulado podiam permitir" mas, também, produziram a convivência com a conquista dos direitos individuais, civis, políticos e sociais.

A advertência formulada por LEFORT aplica-se aos debates e lutas em torno das políticas sociais produzidos em um tempo quando grandes empresas constituem "instituições capazes de coordenarem um processo econômico que se mundializou", esvaziando poderes e atribuições do aparelho tradicional de Estado. A profusão de manchetes e informações sobre a crise da educação, na saúde, dos programas sociais em geral difundem uma concepção de completa falência dos programas já compreendidos e o imperativo das leis de mercado como decorrência das

124 LEFORT, C. O imaginário da crise. In: *A crise da razão*. São Paulo: Cia das letras, 1996. p.27-45.

transformações em curso. "Diante deste quadro em que as fronteiras não servem mais para demarcar espaços econômicos nem soberanias políticas plenas, como pensar a questão das políticas públicas, especialmente as educacionais?" (p.11). Esta questão percorre os diferentes artigos da coletânea, **EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**.

As transformações no mundo do trabalho e na classe trabalhadora constituem desafios à reordenação institucional ampla e profunda no campo da educação.

"A introdução de um novo patamar tecnológico têm conseqüências também sobre os sistemas de ensino, cuja inércia acaba por produzir defasagens entre o quadro formativo fornecido pela escola e as necessidades impostas pelas inovações no mundo do trabalho. É neste momento que esses sistemas entram em crise e começam a reformular-se mais ou menos rapidamente" (p.112).

BRUNO, ao introduzir os temas pertinentes à coletânea, destaca que as mudanças econômicas das últimas décadas produzem alterações importantes na estrutura de poder. Esta nova estrutura, gestada a partir de múltiplos pólos, esvazia os Estados nacionais de seus mecanismos de controle e articulação. Os diferentes artigos da coletânea percorrem a indagação sobre como pensar a questão das políticas públicas, especialmente as educacionais, em uma nova estrutura de poder, subordinada cada vez mais a fatores externos que escapam à abrangência dos Estados Nacionais.

Por outro lado, a construção do Estado democrático nas sociedades capitalistas contemporâneas introduz, sob relações mercantis e com a universalização de padrões de aferição da relação custo/ benefício, maior pressão por igualdade frente a direitos, consumo e participação. As formas institucionais adotadas em diferentes países de construção dos aparatos que efetivam suas políticas sociais possibilitaram, nas últimas décadas a formulação de políticas que articulam fatores mais gerais de reestruturação do capitalismo com a construção de Estados democráticos.

Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo congrega uma série de artigos que enfocam, dentre outras, questões básicas para nossa sociabilidade neste final de século. O artigo de BRUNO analisa a convivência indispensável e insuportável no capitalismo entre Estado e mercado e sua determinação pelas relações sociais de produção. Os processos históricos de qualificação/desqualificação dos trabalhadores decorrem das formas históricas de exploração da "mais valia" que, por sua

vez, sobredetermina possibilidades de formulação das políticas sociais: a da lógica econômica na qual o país acha-se integrado e sua interface com a efetivação do que denominamos uma democracia substantiva. Se a lógica mundial na qual nossa economia se insere leva inevitavelmente ao crescimento das taxas de exclusão, a formulação de políticas sociais universalizadoras de direitos constituiu uma oportunidade historicamente relevada para países do terceiro mundo?" Diferentes autores e por diferentes vertentes fazem observações quanto à crise presente no campo educacional, sua determinação pelo mundo do trabalho e a produção de políticas que permitirão sua superação.

CATANI, rememorando BRECHT, comenta a convivência do novo e do velho no tempo presente. Ao mapear as relações entre educação formal e mercado de trabalho aponta com otimismo para políticas em desenvolvimento que enfrentam os desafios postos para educação escolar. Nos limites deste trabalho é impraticável comentar a relevância intrínseca de cada um dos artigos que compõem coletânea. Esta descoberta cabe a cada leitor, que encontrará subsídios para estudos de temas como os processos de reestruturação produtiva no capitalismo, as transformações políticas sociais decorrentes, formação/qualificação da força de trabalho e gestão dos sistemas escolares. JACOBI, ao percorrer a dinâmica de gestão dos sistemas escolares, aponta a presença de um "universo diversificado de iniciativas que não obedecem a critérios essenciais de democratização da gestão, de desbloqueio dos mecanismo de exclusão e de ampliação do direito à cidadania"(p.55). OLIVEIRA ao analisar as políticas de gestão denominadas "Qualidade Total" ressalta os vínculos entre os processos de reestruturação produtiva e de formação/ampliação dos espaços público, estatal e privado. O debate presente entre as abordagens destes autores constitui referência importante quanto às alternativas de formulação de políticas públicas no campo da educação.

DOWBOR destaca em seu artigo as possibilidades do movimento transformador em curso ao comentar a resposta de uma educadora relativa à introdução de novas tecnologias. "Não há dúvida de que é perfeitamente legítima a atitude de uma professora de periferia, que se debate com os problemas mais dramáticos e elementares e com um salário absurdo: 'O que é que eu tenho a ver com isto?' Faz parte de nossa realidade, ainda, a luta pelo "Aurélio". A implicação prática, porém, que vemos diante da existência paralela deste atraso e da modernização é que temos que trabalhar em "dois tempos", fazendo o melhor possível no universo preterido que constitui

nossa educação, mas criando rapidamente as condições para uma utilização "nossa" dos novos potenciais que surgem"(p.29).

Os dois tempos propostos pelo professor DOWBOR são complementares? Ou fazer o melhor possível no universo preterido, requer escolhas e custos frente aos novos potenciais que surgem? A implantação de prioridades políticas requer espaços de convergências de diferentes atores, o que traz implicações para a construção da representatividade e institucionalização dos processos de decisão, em um país onde o exercício autoritário do poder obstaculiza este aprendizado, onde, como afirma MORAES, "os setores dominantes utilizaram o poder do Estado para gestar e atualizar estratégias pedagógicas voltadas para a sujeição dos trabalhadores aos desígnios de uma sociedade marcada pelos imperativos da indústria" (p.142).